

Reflexões acerca da violência em tempo de Covid-19

Reflections on violence in times of covid-19

Maria Alcinéa Andrião Trotta¹
Wellington Trotta²

RESUMO

O presente texto não passa de uma reflexão acerca dos problemas concernentes à violência e à criminalidade que afligem a sociedade brasileira e, especialmente, a carioca. Desejamos destacar que os escritos seguintes são apenas impressões de observadores que gostam de pensar problemas como possibilidade de respostas. Cada problema em si apresenta ou aponta um conjunto de relações de perspectivas bem próximo do que imaginamos, por isso o artigo foi construído como ensaio provocativo.

Palavras-chave: Violência; Criminalidade; Covid-19; Coronavírus; Reflexão.

ABSTRACT

The present text is nothing more than a reflection on the problems concerning violence and criminality that afflict Brazilian society, and especially Rio de Janeiro. We wish to emphasize that the following writings are only impressions of observers who like to think about possible answers for problems. Each problem itself presents or points to a set of perspective relationships very close to what we imagine, so the article was constructed as a provocative essay.

Keywords: Violence. Crime. Covid-19. Coronavirus. Reflection.

83

¹ Maria Alcinéa Andrião Trotta possui Graduação em Psicologia e Fonoaudiologia. Tem Especializações em Psicopedagogia, Prevenção e Controle de Infecções Hospitalares, Orientação Educacional-Pedagógica, Terapia Cognitiva Comportamental e MBA em Gestão de Pessoas. Atua como Psicoterapeuta. E-mail: alcineaandriao@gmail.com

² Wellington Trotta tem doutorado em Filosofia (IFCS-UFRJ) e Direito (UNESA), além do Pós-Doc. em Filosofia (IFCS-UFRJ). Atualmente é professor de Filosofia no CEFET-MG, Contagem. E-mail: welltrotta@gmail.com

Introdução

No que consiste uma investigação filosófica? Ou melhor, o que é uma reflexão filosófica? Antes de respondermos a essas perguntas deveras difíceis, devemos começar por dizer que *Filosofia é, a nosso juízo, um campo do saber em que o pensamento tem por propósito a busca da verdade por meio de perguntas razoáveis na obtenção de respostas inteligentes baseadas na razão lógico-demonstrativa*. Entendemos, assim, que o pensamento filosófico deve primar pela simplicidade, uma vez que a busca da verdade é um simples ato de desvelamento do ser, do objeto, do fenômeno, da coisa, do fato, do acontecimento.

Então, vivendo sob os muitos impactos da pandemia causada pelo novo coronavírus que desencadeou a Covid-19, fomos convidados pela Prof.^a Renata Feital da **Revista Aquila**, a elaborar um texto de natureza reflexiva acerca desse fenômeno que trouxe muitos dissabores e, de outra forma, possibilitou a oportunidade de conhecer mais o Brasil e as causas dos males que nos impedem de sermos pessoas completas, visto que nossos sistema político e modelo produtivo são enormes garrotes a nos asfixiarem até o desfalecimento. Exemplo disso é a educação pública, em que há desigualdade acentuada entre os estudantes que têm e os que não têm acesso à internet em condições satisfatórias. Enquanto uma minoria tem a possibilidade de manter o ano letivo, grande parcela de estudantes

sequer tem internet com acesso à educação remota ou online, ampliando, assim, a enorme desigualdade no Brasil, inclusive em comparação com outros países mais desenvolvidos. Essa violência é semelhante à outra: o desleixo quanto à vacinação coletiva dos brasileiros por parte do Estado.

Compreendemos que são muitas as *janelas filosóficas* destinadas à reflexão desses e outros problemas como, a saber: 1. a Epistemologia, investiga a natureza do conhecimento científico, seu objeto e procedimentos metodológicos; 2. a Lógica, janela importante quanto à análise dos discursos congruentes e incongruentes elaborados, ao seu turno, à guisa de raciocínios quando, na verdade, são apenas alucinações ideológicas subvertendo o real em favor de idealizações próprias do senso comum ou das ilusões guardadas sobre os elementos que compõem a realidade; 3. a Estética, outra *fresta filosófica* que se ocupa do belo artístico, talvez fornecendo devida compreensão das formas assimétricas do “pensamento” e das práticas dos agentes políticos brasileiros em zigue-zague diante da Covid-19. Entretanto, escolhemos a abertura ético-política porque a Ética é o ramo filosófico que investiga o fenômeno moral e a Filosofia Política pesquisa estruturas político-institucionais que *deveriam existir e funcionar em prol do bem comum*, tendo em vista que a pandemia tem consequências dramáticas sobre as vidas psíquicas das pessoas. Isso é fato; para tanto, basta atentarmos aos jornais, às pesquisas feitas por

Institutos que detectam ondas de depressão, ansiedade, suicídios, agressões e outros percalços por conta de decisões equivocadas tomadas pelos agentes políticos, mesmo com as alegações de que ouvem médicos sanitaristas, infectologistas e demais profissionais da saúde.

Nosso enfoque, ético-político, não poderia ignorar os interesses próprios da crise econômica que a pandemia agravou, exprimida pelos objetivos de classes, grupos e estamentos da burocracia brasileira: interesses que passam ao largo do bem comum, pois, como bem diz Aristóteles na *Ética a Nicômaco*, *o bem da política é a justiça, o bem da justiça está associado ao bem comum, este ao interesse público, ao interesse individual-coletivo*. É preciso destacar, por outra, que este ensaio, escrito a quatro mãos, em que cada par, vindo da Filosofia e da Psicologia, teve o propósito de elaborar um texto em que possamos dialogar com o propósito de compreender os fenômenos advindos da violência em tempos de pandemia. Assim, nosso trabalho caminha pela seara do esboço, do ensaio, e não de um artigo estritamente científico, fruto de experimentos laboratoriais.

Para que este texto seja ao menos um rascunho filosófico, entendemos que o postulante a filósofo deve ter a capacidade de tornar-se interlocutor de ideias, e não impositor de ideologias, concepções particularistas pensadas como se fossem objetivamente racionais. De outra forma, o olhar de quem pretende trazer à tona a realidade deve remover os entulhos ideais que estão sobre os

significados reais dos fenômenos, e o filósofo deve explicitar que as ideologias, voltadas para o artificialismo, encobrem com fios ilusórios os significados profundos do real.

A peculiaridade do pensamento filosófico é o de pensar problemas e situá-los na esfera da reflexão crítica, fazer distinto ao do comentador que opera inventário das principais ideias de um filósofo ou sistema filosófico, e agir diferente ao do ideólogo que inverte a natureza do real em favor de crenças e ilusões anticientíficas. O papel do filósofo implica resolver problemas, elaborar conceitos que possam clarificar obscuridades próprias da vida humana, isso por conta da nossa natureza racional ávida por compreender o entorno e por conta de as certezas serem marcadamente próprias do senso comum que, ao não resolver o que está posto, prefere situar tudo no plano do mistério, do insondável, solto nas narrativas ilusórias e mágicas.

O trabalho filosófico está, pois, refletido na sua contribuição para tornar mais acessível a compreensão dos fenômenos, sejam eles psíquicos, sociais, políticos, econômicos, naturais etc. É de a especificidade do filósofo erigir ideias que tornem possíveis explicações condizentes com a realidade. Nesse caso, o filósofo é um desbravador do real, um aventureiro que resolve o presente ao mesmo tempo em que remete a humanidade ao porvir, preocupado com a verdade, traz para si a tarefa de decifrar a realidade à medida que desvenda os enigmas da vida humana, isso tudo com a

capacidade de enxergar o que as mentes dominadas pela ideologia não conseguem visualizar. O filósofo é um vidente sem se valer da cartomancia, sem se valer de instrumentos místicos, mas aferrado à ideia de que a razão é um convite à serenidade conceitual, ao plano da reflexão como atividade humanamente possível diante das inúmeras tarefas históricas. Portanto, o filósofo é aquele que passa o dia em sua oficina, o mundo, criando ferramentas conceituais a partir da intuição como fonte.

Abordar a realidade, crítico-analiticamente, é escutar o som dos objetos e dos fenômenos por meio da reflexão, da leitura aberta para entender a teoria que está por detrás de uma prática, discutir com interlocutores que também partam de problemas reais. Logo, um filósofo apresenta amplo universo de conceitos que deve ser considerado por conta das influências que perpassam o conjunto de sua obra, isso porque um filósofo é detentor de sensibilidade em estado de tensão permanente para perceber fenômenos, bem como entrever as imbricações que cercam a vida.

A tarefa urgente da reflexão filosófica é tornar a Filosofia viva, presente e atuante nas transformações que impliquem a permanente melhoria do indivíduo como ser racional, para isso devemos refletir sobre a conversão do humano-consumidor-mercadoria em humano-político, porque, necessariamente, este tipo de ser humano precisará da reflexão crítica como critério existencial e, para tal, ele encontrará na pesquisa da realidade o estímulo a mudá-la todas as vezes em

que observar formas irracionais de pensar e organizar a vida.

Toda construção filosófica tem por fim último contemplar o humano naquilo que o caracteriza na dimensão humanidade. Constitui ledor engano pensar que é no abstrato que o filósofo encontra amparo para promover suas ideias, reflexões e investigações daquilo que contempla. O que o filósofo promove é a *abstração necessária*, importante na tentativa de o pensamento desdobrar-se na captura da totalidade. O uso da abstração não é incompatível com a realidade pensada, o equívoco é tomar a abstração e fazer dela uma realidade construída no ideal como fuga do real. O real pode ser abstraído dele mesmo e ser pensado em suas contradições existentes sem suprimi-lo pela abstração tida por realidade, pois a importância da Filosofia não está somente no fato de que ela seja capaz de melhorar o indivíduo e sua vida, mas por ser instrumento que ajude a compreender os fenômenos e objetos que compõem a realidade, visto que compreendê-la em sua totalidade consiste num esforço para além do possível. Nesse caso, a importância da Filosofia reside, também, na reflexão sobre os fenômenos morais que englobam a consciência do agir, a maneira de agir, a vontade de agir, a decisão de agir etc. Logo, tais elementos do fenômeno moral são estudados especificamente pela Ética, campo filosófico que investiga os pormenores da moral, uma vez que esta pode ser entendida como conjunto de costumes e regras que regula, ao lado do Direito, o cotidiano dos indivíduos com base nos valores

socialmente construídos no processo histórico.

Assim, Ética e moral, termos distintos, expressam conceitos específicos. Esse esclarecimento justifica-se porque, geralmente, confundimos Ética com moral, além de pensarmos que o mundo moral é, necessariamente, reacionário, considerando as relações sociais um emaranhado de dominações porque esquecemos que o ato de respeitarmos nossos pais, educarmos nossos filhos, lutarmos por leis justas não sejam atos revestidos de moralidade. Fugimos do debate moral por considerá-lo inferior ao debate político, acreditando que a política seja uma instância descolada da moral. Por outra, ao tropeçarmos na Filosofia e cairmos de corpo e alma no pensamento ideológico, impressões subjetivistas, desconhecemos o significado de moral e passamos a associá-la ao conjunto de elementos dominadores sobre a subjetividade. Quando tropeçamos na Filosofia e caímos na ideologia, apartamo-nos da realidade em suas múltiplas determinações porquanto os sujeitos desavisados do debate moral entregam suas vidas aos ideólogos que se tornaram capazes de ressignificar e dirigir as indignações morais para a despolitização da vida. Tanto o jogo político quanto a dança das análises políticas sofrem do mesmo mal: a fantasia por essência e a narrativa pela necessidade do engodo. Em ambas as situações os ideólogos e os “políticos”, por seguir aqueles, também constroem avaliações que lhes são úteis no mundo da sobrevivência, pois raras são as almas, nesse meio, livres dos

interesses, das fantasias, das crenças, das tolices.

Há também os falsos que se ligam aos grupos por somente necessitar valsear no baile das aparências e dos pratos de lentilhas como último suspiro da vida. É mais que urgente repensar a questão moral porque a corrupção em que muitos se meteram faz com que os ideais se tornem fantasmas de nós mesmos. Devemos olhar a Política como um elemento ligado à Ética para ampliarmos a reflexão política sobre a corrupção, mal que mata os operários nas filas da vida.

Mediante essas considerações, o presente texto não passa de um ensaio reflexivo acerca de alguns problemas concernentes à violência que aflige a sociedade carioca. Assim, no tópico um, *O status da violência*, analisamos o problema a partir da premissa que a violência existe e o humano é capaz de exercê-la e até mesmo de institucionalizá-la, visto que a violência sempre esteve presente como condição de defesa ou extrema agressividade, o fato é que a violência sempre permeou as relações entre os indivíduos, mesmo quando o ser humano passou à civilização. No tópico dois, *Relação tensa entre indivíduo e meio*, refletimos sobre a possibilidade de considerar os fatores biológicos e sociais como elementos impactantes quanto às condições psicológicas, além de perguntar se é óbvio que ações dos indivíduos condicionarão ou abalarão o meio em que eles atuam, pois o que incompatibiliza um indivíduo com o meio? Teríamos, talvez, dúvida perplexa balizada por duas questões

diversas: ou são imperfeições próprias do indivíduo ou próprias do meio?

Em *Elemento socioeconômico como meio equívoco*, tópico três, aventamos a hipótese de que a violência, fenômeno global, origina-se de uma combinação de fatores socioeconômicos e de um meio equívoco condicionando indivíduos equívocos, refratários a esse sistema de coisas. Afirmam alguns que as causas são as desigualdades de situação entre os indivíduos, todavia devemos buscar a expressão material dessa desigualdade nos fatores que condicionam a situação político-econômica. No tópico quarto, *Perplexidades e violência econômica*, trabalhamos com a ideia de que a história é, dentre muitos aspectos, uma reflexão acerca dos nossos problemas e por meio dessa regressão da memória dos acontecimentos podemos remontar as causas da violência. No último tópico, *Reflexões finais*, associamos Covid-19 à violência de todas as violências: a ocultação da verdade. Neste momento abordamos a ideia de o perspectivismo, fruto do relativismo, dificulta a crítica e a compreensão da realidade como símbolo da violência e enaltecimento da mentira.

O status da violência

Desde os primórdios da história do ser humano, a violência sempre esteve presente como condição de defesa ou superação de necessidades, o dado é que a agressividade sempre permeou as relações entre os indivíduos, mesmo quando o ser

humano passou à civilização,³ e civilizar significou dominar as forças instintuais por meio da repressão cultural ou, para outros, ser uma condição de educação na transformação ou criação de valores pela sociabilização. Seja como for, saques, sequestros, raptos, estupros, prostituição, pedofilia, e tantas outras formas de assassinatos sociais, sempre estiveram entre as piores e mais extremas atitudes humanas. Para comprovar, basta um rápido passar de olhos pela história da humanidade e nos depararemos com seres humanos aniquilando outros seres humanos por interesses e motivos múltiplos.

A violência existe e o humano é capaz de exercê-la, e até mesmo de institucionalizá-la. Mas isso é o bastante para que se diga que a violência é inerente ao ser humano? Ou se deve, por outra, crer que se o humano não é um ser continuamente violento, havendo circunstâncias que favoreçam o aparecimento ou condicionamento desta suposta *natureza violenta*? Não cremos em teorias perversas que caracterizem o humano como ser predestinado e sem raízes. *Calcamos na ideia das causalidades, que relacionem entre si fenômenos aparentemente distintos, buscando esclarecer a gênese do fato.* O humano é ser pensante, o que lhe permite idealizar as relações do

³ “[O] elemento que as pessoas estão tão dispostas a repudiar, é que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade” (FREUD, 2002, p. 67).

universo que o cerca, concebendo, inclusive, uma sociedade sem violência. Não será indício de que a violência não participa necessariamente de sua condição?

É sabido que crianças não educadas a dominar e utilizar construtivamente a agressividade crescem violentas, brigonas e, muitas vezes, inadaptadas socialmente.⁴ Sabemos também que certas épocas de crise favorecem o aparecimento de verdadeiras ondas históricas de violência, e que para defender a própria integridade física um ser humano é capaz de matar num reflexo. Porém, o mais revelador de todos os fatos é o de saber que o humano é capaz de sacrificar sua existência, tirando a própria vida, premido por circunstâncias externas a ele, praticando intensa violência contra si. E o que há de mais natural e profundo no humano do que seu instinto de conservação? Que circunstâncias são essas que possuem extremo poder de levar o humano a aniquilar e contrariar a natureza que tem justamente por essência o permanecer-existindo?

Por outra, existem suicídios que são motivados por causas endógenas, por desequilíbrios psíquicos? Sim. Mas como distinguir entre as causas endógenas e exógenas que delimitariam de forma radicalmente diferente as razões de dois atos aparentemente idênticos? Seria perigoso dizer que todos aqueles que se suicidaram após a

⁴ “Acreditamos que a educação dada pelos pais desempenha relevante papel na formação de uma personalidade mais ou menos agressiva e que fatores situacionais funcionam como desencadeantes de comportamentos agressivos” (RODRIGUES, 1998, p. 319).

quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, o fizeram porque sofriam de depressão. É evidente que, mesmo que houvesse a depressão, a quebra da Bolsa e a ameaça da perda do *status* teriam *condicionado* o quadro depressivo. Mas, nem todos se suicidaram, o que poderia evidenciar que nem todos apresentam uma tendência suicida, mas isso não elimina a possibilidade de fatores externos terem criado a tal *natureza depressiva* durante o desenvolvimento emocional dos indivíduos que se mataram. E mais: como certificar que fatores internos e externos não se combinam numa mesma origem?

Tal é o quadro das nossas indagações quando falamos da violência como ato motivado. Já vêm de longe as discussões entre marxistas, psicanalistas, fisiologistas, geneticistas, psiquiatras, behavioristas etc. quanto à ideia de *O meio faz o homem ou o homem faz o meio?* Uma ação interna condiciona uma reação externa ou uma ação externa dispara a reação interna? A violência apresenta-se, então, como um fenômeno cuja manifestação externa e as relações de consequência posterior a ele se apresentam de maneira clara, mas cujas causas podem se esconder e se mascarar num sem-número de aspectos relativos.

Relação tensa entre indivíduo e meio

Há indivíduos cujas condições psíquicas os levam a se colocar ou como receptores da violência (masoquistas) ou como emissores de violência (sádicos), ou também há os desprovidos de qualquer senso moral,

de empatia (sociopatas). Independentemente de considerar se foram fatores biológicos ou sociais que originaram tais condições psicológicas, é óbvio que a ação desses indivíduos condicionará e abalará o meio em que eles atuam. Podemos imaginar situações em que eles criarão no meio uma consciência naturalística da violência. Imaginemos, por exemplo, um *sádico*. Se déssemos a ele a função de defender a lei, ele se colocaria acima da lei? Porém, se ele pode criar algum tipo de condicionamento será no sentido de estabelecer a sua violência como justificada por si mesma.

Imaginemos, por outro lado, um professor *sádico*. Funcionando como um emissor condicionante, não poderemos supor que ele criará em seus estudantes a ideia de um convívio *natural* e necessário com a violência? E se imaginarmos um pai *sádico*? Não é verdade, também, que se considerarmos um professor *masoquista*, poderemos supor que ele estimulará a agressividade de seus alunos? Pretendemos assinalar, com tudo isso, que considerada como um fenômeno ostensivo num dado meio social, a violência tem como causa imediata o próprio agente que a pratica: o agente é a própria causa e, suprimindo-se o agente, eliminar-se-á o aspecto imediato da violência, ou seja, a sua temporalidade, forma como ela se dá à consciência do meio. Mas se estabelecemos o meio social como sendo efetivamente homogêneo, não podemos nos conformar com causas imediatas da violência que a colocariam como um fenômeno isolado, porque, se dizemos meio

homogêneo, falamos de um estado de coisas em que o todo é formado por partes que se relacionam de forma natural entre si. Falamos, efetivamente, de partes iguais.

Quer isso dizer que só podemos entender o meio social como sendo formado por seres que possuem certa identidade entre si, seres que se desenvolvem de forma semelhante e harmônica em *condições iguais e favoráveis*. Esta é a *conditio sine qua non* da possibilidade de um meio social, pois, se as partes não se relacionam harmoniosamente, o todo é por si mesmo impossível. E, se admitirmos uma heterogeneidade, temos que admitir também que existem indivíduos cuja única função é se opor ao meio. Nesse caso, teríamos que falar de uma violência natural em si mesma e de agentes formados unicamente para exercer a violência, e, como tal, a única solução possível seria a eliminação desses agentes que se opõem por *natureza* ao meio.

Entretanto, admitindo o meio homogêneo e sua realidade, não apenas a sua idealidade, não podemos nos contentar com causas imediatas da violência e temos que estabelecer, então, que as causas imediatas não são senão a simples manifestação do fenômeno: o agente apenas *manifesta* violência, ele não é a causa. Sendo assim, as verdadeiras causas só podem ser as imediatas, aquelas que fazem com que o agente se manifeste dessa maneira, aquilo que fez com que a sua condição fosse tal que, se opusesse radicalmente ao meio formado por *natureza iguais*, sem o que, como se sabe, o meio se inviabilizaria.

As causas da violência são aquelas que fazem com que o indivíduo se oponha ao meio no qual por natureza deveria ser homogêneo. Aqui há a implicação de que a sociedade é inviável em uma heterogeneidade de natureza. Essa igualdade é a sua própria viabilidade, caso contrário, tendo o assunto tratado aqui como exemplo, teríamos que admitir uma sociedade ideal como sendo aquela em que a violência não fosse “*praxe*”, sendo ela própria identidade de natureza. Mas isso é um absurdo, mesmo sob o ponto de vista da imaginação, qualquer tipo de desigualdade que possibilite uma oposição entre as partes impossibilita, por sua vez, um todo coerente, sejam tais desigualdades de ordem econômica, patológica, biológica, ou genética, indiferentemente. Portanto, se admitirmos que as causas que moldam uma determinada condição de forma que ela se oponha ao meio são irremovíveis, estaremos reconhecendo a inviabilidade da justiça, a não ser que eliminemos continuamente e eternamente os agentes da manifestação temporal da desigualdade. Porém, se, ao contrário, reconhecermos naqueles que se opõem ao meio, não uma desigualdade de natureza e de essência, mas uma desigualdade de contingência (ou de existência) estaremos admitindo a possibilidade de a sociedade dar certo, apreenderemos as impossibilidades contingentes e transitivas, que nada mais são do que o possível em vias de acontecer. Tais desigualdades transitórias fazem apenas pressionar a

sociedade no sentido de se otimizar e se realizar idealmente.

Começamos, contudo, por admitir que nenhum humano se opõe por *natureza* e espontaneamente aos outros humanos. Tal oposição acontece unicamente de fato e nunca justificadamente, somos levados a nos opor por força de desigualdades contingentes e arbitrárias em relação a nossa *natureza ideal*, e sob essas contingências não enxergamos uma possível, necessária e funcional igualdade. Vemos, então, a violência como uma reação, uma disfunção em relação à funcionalidade ideal e possível do todo. Porém, se é assim, qual, dentre os vários fatores que se pode indicar, realmente condiciona essa *natureza oposta*? Como é possível responder? Os fatores se relacionam num repositório ambíguo de dados recessivos. Podemos, por exemplo, dizer que a loucura, que leva a violência patológica, é uma desigualdade contingente? Por que não? Podemos supor que amanhã se lhe descubra a cura. Podemos, admitindo-se condicionamentos genéticos, considerá-los como impossibilidades transitivas? Talvez, pois não se sabe a quantas irá à ciência. Mas considerar que certos indivíduos nascem predispostos geneticamente à violência seria quase propor perpétua reatividade da sociedade em relação a esses indivíduos, eliminando-os ou alijando-os. E a violência seria estatuída como forma de reação da sociedade à própria violência em si mesma incontornável. Um absurdo.

Porém, as evidências se impõem por si mesmas, pois qualquer

ser humano, salvo casos patológicos, tem a capacidade de perceber que um ato violento é um ato de exceção ou senão uma reação. Com efeito, percebemos-nos agora em repouso, que as emoções fluem encadeadas. Mas, se uma força contrária nos é imposta, reagimos prontamente, cessando com isso o repouso, logo nossas emoções se precipitam. Em suma, reagimos de forma proporcional ao impulso externo, e, às vezes, de forma até mesmo desproporcional, pois, é sabido que certo quociente de agressividade é inerente à condição de ser vivo, está associada ao medo, ao sentimento de conservação, e faz parte do processo de adequação biológica.⁵ As relações do humano com o mundo externo são acompanhadas de um dado número de tensões derivadas do esforço de manter a identidade de si, mesmo diante das impulsões externas. Essa agressividade possui, em suma, uma funcionalidade que se caracteriza como violência, reação não proporcional, ou seja, os impulsos agressivos são dirigidos para objetos que não lhe são afins funcionalmente, logo é impossível conceder a um homicida, por exemplo, que um assassinio é uma manifestação do instinto de conservação. Poderíamos dizer que a agressividade, em certa medida, possui função biológica, não a violência. A agressividade, num ser humano desenvolvido, se dirige a objetos específicos que com ela se relacionam; a violência, pelo contrário, se dirige a qualquer objeto, que com ela não se relaciona funcionalmente, ou

⁵ Para muitos estudiosos, são quatro os impulsos básicos ou naturais: a fome, a sede, o sexo e a agressividade.

seja, *poderíamos dizer, então, que a violência é aquela agressividade que, por fatores vários, adoeceu e perdeu a razão de si mesma.*

Logo, o que incompatibiliza um indivíduo com o meio? Teríamos uma resposta balizada por duas condições diversas: ou são imperfeições próprias do indivíduo ou próprias do meio. Mas chegaríamos a um denominador comum que é o fato de que indivíduo e meio formam um todo orgânico, pois o humano vive em situação, criando, ele próprio, uma outra situação. Assim, fatores do meio condicionam o indivíduo que opõe, por contraste, uma situação ao meio e dele cobra a sua idealidade e, também, o indivíduo encarna as imperfeições do meio, o que leva a sociedade a uma autocrítica: se todos os indivíduos são iguais em razão de sua condição humana, não o são, entretanto, por *situação* e, sendo essa *situação* uma relação, as imperfeições são do meio que situam o indivíduo, já que tais imperfeições não fazem parte do indivíduo.

Convém, entretanto, não confundir os dados de uma *factualidade* que se mostra, no contexto, claramente, ou seja, se as causas do fenômeno violência se mostram ambíguas e variadas quando analisadas no particular, aclaram-se e se unificam, porém, quando colocadas em perspectiva, sobretudo, como entendemos essa perspectiva enquanto *organicidade* social. Sabemos, então, que as causas particulares da violência, tais como predisposição a estresse, educação, condicionamentos do meio, etc., são todas, em perspectiva, causas sociais.

Elemento socioeconômico como meio equívoco

Consideramos aventar o fato de que a violência, como fenômeno global, origina-se de uma combinação de fatores socioeconômicos, de um meio equívoco condicionando indivíduos equívocos e refratários a esse sistema de coisas. Afirma-se, também, que as causas são as desigualdades de situação entre os indivíduos, todavia devemos buscar a expressão material dessa desigualdade nos fatores que condicionam a situação político-econômica e tais fatores variam de acordo com o universo que penetramos, pelas particularidades próprias. Se se toma um hospital psiquiátrico como um pequeno *kosmos social*, a análise das causas da violência próprias daquela comunidade passará por um bom número de conceitos psiquiátricos que se é desconhecido. Aquela violência é específica e não se podem reduzir suas causas a conceitos econômicos e culturais, a não ser que se afaste daquele microcosmo em direção ao macrocosmo em que se passou a vida de relação de cada um daqueles pacientes, e se tentem identificar como origem de seu processo patológico fatores que costumamos chamar de econômicos, sociais, educacionais, etc. Caso contrário, aquela violência permanecerá específica, só penetrável por conceitos psiquiátricos.

Mas, se consideramos uma sociedade excludente como a brasileira de origem escravocrata, podemos supor que os pretos são predispostos geneticamente para a violência? Será

necessário recorrer a uma suposta predisposição patológica das partes em conflito? Ou admitiremos que a violência apresentada por meio dos televisores tem como origem uma conjunção de preconceitos étnicos com fatores econômicos e políticos? Há de se convir que, em tal meio, as crianças pretas cresçam revoltadas com seus espíritos impregnados de certo tipo de violência pré-moldada pelo meio e seus preconceitos; e que as crianças brancas crescerão hostilizando e temendo os pretos. Temos aqui um exemplo de que uma sociedade baseada no preconceito e na desigualdade tende constantemente à desagregação, e não pode se viabilizar senão transitoriamente pela força.⁶

E, se penetramos nas favelas do Rio de Janeiro, poderíamos dizer que o que há ali é um grande número de instáveis sociais? Sim, mas reconheceremos como causas disso as *condições materiais de vida* daquele meio. Da mesma forma, a violência contra a mulher deverá ser aliada a causas psicológicas e culturais? É certo. E não identificaremos imediatamente as causas de violência em uma sociedade como a sueca com as de uma sociedade como a brasileira.

As causas da violência são específicas enquanto as encaramos

⁶ “Essa violência perpassa todo o tecido social de nossa cultura, enquanto que a violência contra o corpo do semelhante parece ser uma herança do maior sistema escravagista do mundo ocidental, o Brasil. É contra a manutenção dessa herança escravagista que devem se voltar nossos esforços se queremos viabilizar outras escolhas para nossas crianças e jovens que não seja a via da violência contra os objetos e os semelhantes” (FLEIG, 1999, p. 133).

numa perspectiva em relação a um determinado meio, e globalizam à medida que se coloca esse próprio meio em perspectiva; do indivíduo para sua história, da sua história para o seu grupo, do seu grupo para a história do seu grupo, da história do seu grupo para a cidade, e assim por diante, até que se tenham analisado todos os fatores e se possa colocá-los sinteticamente em um todo cultural. Metodologicamente, ao que parece, pode-se partir de tal premissa.

Ao longo dos últimos decênios, desenvolveu-se o conceito mediador de que o meio faz o homem. Não se trata mais de recuperar o *bom selvagem* de Jean-Jacques Rousseau, mas de otimizar a condição humana colocando-a em uma perspectiva coerente e realista no sentido de ir ao encontro da realidade dos fatos da experiência. Não é um mero otimismo idealista, mas uma fixação da realidade e, talvez por isso, *da idealidade humana*. O desenvolvimento das ciências psicológicas e sociais e seus movimentos dialéticos em relação ao materialismo histórico-dialético recuperam o homem do empirismo pessimista e, ao mesmo tempo, do idealismo fantasista. A relação dialética entre os conceitos de que *o-meio-faz-o-homem* e de que *o-homem-faz-se-por-si-mesmo-enquanto-existência no meio e o modifica* só tem feito mediar o aparecimento de uma nova equação entre o particular e o universal, entre as aspirações subjetivas e a aspiração coletiva, entre o biológico e o social. E, nessa perspectiva, a relação do meio com o homem e vice-versa é otimizada e com ela o problema da violência.

O problema da violência implica uma consideração das relações entre o universal e o particular. Aliás, parece que todos os problemas se impõem desta maneira: o social é a relação, o entrelaço e a conjunção entre o micro e o macro; com o econômico, o político e o psicológico se dá o mesmo. No Brasil, por exemplo, as estruturas econômicas estão relacionadas por vínculos de dependência necessária com superestruturas externas (mercado externo, preços, tarifas, dívidas, etc.). Nesse sentido, causas particulares e universais, internas e externas se interpenetram, logo resta saber se o problema da violência num caso particular como o Brasil, por exemplo, está imiscuído no processo inercial que mantém o estado de coisas próprio dessas relações entre o interno e o externo como necessário e imutável, e não apenas como contingente. Porque, se for realmente assim, o problema da violência só terá solução (também) com a modificação da relação de dependência entre o interno e o externo.

Perplexidades e violência econômica

Podemos ponderar que a história é, dentre muitos aspectos, investigação-reflexiva acerca dos problemas humanos e, por meio da regressão no tempo pela memória dos acontecimentos, retomar e remontar causas, porquanto, sendo a realidade material, logo é concreta. Destarte, a história é o recurso da memória por ser o plano dos fatos, e, sendo assim, o ser humano será esclarecido sobre

problemas que o cercam quanto melhor for sua compreensão dos fenômenos históricos. Segundo essa ordem de compreensão, o desenvolvimento dos povos pela lente de sua formação histórica e, em se tratando do Brasil, sua *formação* histórico-econômica se deu pelo impacto do tipo de colonização classicamente denominada de *colonização exploratória de semipovoamento*, cujas características básicas até hoje perduram: mentalidade exploratória dos recursos naturais, força de trabalho vilipendiada em prol da acumulação do capital, indústria de matérias-primas para o exterior, importação de produtos industrializados, educação para o trabalho, poder público como agente privado do desenvolvimento da classe que domina os meios de produção de riqueza etc. Esse conjunto de mentalidades é produto da divisão internacional de produção a partir da época em que a política econômica consistia em incentivo à grande exportação de mercadorias, ao lado do menor gasto dos apelos mercantilistas europeus, tendo como ganhos produtivos exploração das Américas, África e Ásia, fazendo dessas regiões centros fornecedores do necessário aos países imperialistas, transformando aquelas regiões em empresas coloniais sob violências sistemáticas como a escravidão, por exemplo.

Na retrospectiva de tais condições materiais que implicaram a formação social brasileira, perguntamos: em que medida o passado pode se perpetuar no presente? Ou, se não for possível, onde o presente é uma ruptura do passado e

dele não toma relação de necessária continuidade?⁷ Será que conhecemos o suficiente para tocarmos conscientemente nos problemas prementes de uma sociedade que insiste em não *desvelar* o óbvio sob pena de perder a realidade para as aparências de um concreto mistificado, ideológico e simplesmente voltado para um processo de deseducação e de desracionalização em favor das persuasões das versões? A pobreza produz ou não a violência? Se a pobreza produz criminalidade, os pobres seriam criminosos?

Parece que essas questões não só invertem o real como intencionalmente criam falsas premissas, uma vez que nos impelem para a permanente explicação de uma metodologia contra a relação causa-efeito. Porém, geralmente não se analisa o problema como ele é porque o discurso *ideológico-persuasivo*, invertendo o real, obriga-nos a discorrer sobre a metodologia de como conceber o real, fazendo com que esqueçamos o real propriamente dito. Além do mais, crenças, valores, *status* e interesses aniquilam a capacidade de a razão pensar os problemas.

Mas o problema da violência também não passa pela concentração da renda? Não. Passa pela

⁷ “A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma delas explorando os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes foram transmitidas pelas gerações precedentes; por este motivo, cada geração continua, por um lado, o modo de atividade que lhe foi transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformada e, por outro, modifica as antigas circunstâncias dedicando-se a uma atividade radicalmente diferente” (MARX-ENGELS, 1974, p. 44).

*concentração da riqueza que vitimiza o grosso da sociedade e o empurra à exclusão dos bens civilizatórios necessários à vida. Ao se defender esse fato econômico, não se deseja ignorar o essencial serviço de segurança pública. Muito pelo contrário. O que se pretende questionar é a segurança pública em outros patamares, diferentes daqueles tão ao gosto do mercado das opiniões e das verbas públicas, pois se sabe que somos afetados pela violência e isso não se duvida, o que se duvida é o tratamento dado ao problema, e os tratamentos policial e educacional são medidas importantes que não restam dúvidas, todavia, ao que nos parece, entre outros, a raiz do problema passa pelas condições materiais em que os indivíduos estão e são mergulhados em suas existências por conta do processo de como os homens se organizam para produzir aquilo que necessitam, e esse processo de se organizar para a produção de mercadorias eleva a agressividade às raias da violência e está à criminalidade por conta da competição como desvalor do outro, em que todos são transformados em mercadorias.*⁸

A criminalidade e a violência que *vitimizam* todas as sociedades, em particular a brasileira, especialmente a carioca, não são somente problemas de segurança pública ou de educação pública, mas também de política econômica, pois, em última instância,

⁸ “Ora, a violência existe objetivamente, na medida em que os homens lutam entre si em virtude de seus interesses de classe, e isso em inclusive sem ter consciência da situação objetiva que, através desse choque de interesses, leva-os à violência” (VÁQUESZ, 1968, p., 395).

esta determina aquelas e suas respectivas operacionalidades, visto as relações humanas estarem montadas a partir de uma relação em que os indivíduos não têm a menor consciência das suas vontades, dos seus interesses, dos seus quotidianos, de suas reais necessidades. Quando pensamos que agimos por determinadas razões, nos esquecemos de que não dispomos de uma racionalidade operante, mas de uma *imedaticidade* que favorece o que menos se deseja, conscientemente: a violência e a criminalidade. O que parece razão não passa de uma ilusão diante dos problemas até agora elencados, visto sermos vítimas de fatores também ideológicos, determinados pela produção e acumulação de mercadorias-objetos atingindo, negativamente, estruturas psíquicas das pessoas.

Ao que nos parece, a violência é um problema sistêmico cujos indivíduos são vítimas e não causa propriamente dita. Pensamos, por ora, que sua origem e desenvolvimento estão alicerçados pelo processo histórico de disputa por aquilo que informa poder, e se olharmos a partir desta premissa, envolvendo uma profunda discussão teórica entre os diversos enfoques multidisciplinares, a complexidade que envolve o tema espantará para longe as opiniões tanto ao gosto ideológico. É urgente não só o conhecimento das causas, mas é preciso combatê-las, inteligentemente, sem o que toda a crítica do passado-presente será sempre vã.

Outrossim, é necessário não esquecer que o capitalismo consiste em

um modelo produtivo cujo fim é obter mais-valia sobre a força de trabalho no processo de produção de mercadorias e, a partir disso, vendê-las, com o propósito de obter lucro, reinvestido na produção com o escopo de obter mais lucro. Dessa forma, constituindo-se em um sistema que almeja, incessantemente, lucro sobre lucro. Assim, capitalismo é o sistema econômico que objetiva a produção e a defesa do capital na exploração do trabalho, visando à perpetuação desse intento como valor moral a aferrar o cerne da violência existente nas sociedades como a nossa. Igualmente, a violência estatal, a despeito de alguns a considerarem como inerente ao Estado por ter o seu monopólio “legítimo” da violência, mascara e efetiva de várias maneiras, conseguindo, por meio do discurso ideológico, dissimular as formas de violências postas contra aqueles que, em virtude das fracas lentes de leitura da realidade, não conseguem apreender o cotidiano feroz do nosso modelo produtivo que impõe relações humanas semelhantes às relações ferozes entre as mercadorias.

Entendemos que o Estado não é o grande vilão da produção, do capital,

do investimento, do avanço tecnológico, da entrada-circulação de capitais, do desenvolvimento econômico, porque tem financiado, ao longo da história, inúmeros grupos econômicos em detrimento dos interesses daqueles que criam a riqueza nacional e, ao mesmo tempo, são criminalizados como invejosos e perigosos: trabalhadores. Isso é desapercibido por conta da ação educativa dos meios de comunicação que manipulam os espíritos por meio do par consumismo-alienação. O Estado - autoritário, democrático, liberal - é apenas agente daqueles que são donos do dinheiro, cujo objetivo não é o desenvolvimento das múltiplas potencialidades dos indivíduos, da defesa do meio ambiente, da extinção da pobreza, do fim da violência sobre crianças, velhos, mulheres, pretos, gays etc., mas do aumento e da acumulação do capital. E se houver desenvolvimento das múltiplas potencialidades dos indivíduos, o cuidado com o meio ambiente, a extinção da pobreza etc., será feito desde que facultem mais capital ao capital.

Reflexões finais

O novo coronavírus, SARS-CoV-2, é a causa da doença Covid-19,⁹ cujo quadro clínico varia de infecções assintomáticas a quadros graves, inclusive letais. Os sintomas da Covid-19 vão de um resfriado à complicação respiratória aguda (GRIPAL-SG), em que as características sintomáticas são “*sensação febril ou febre associada a dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza, até uma pneumonia severa*”,¹⁰ podendo levar o infectado a óbito. A Covid-19, portanto, é uma doença letal que matou no mundo, até agora, 3.230.336 pessoas, sendo que, no Brasil, aproximadamente na mesma data, morreram 412.000 brasileiros, óbitos minimizados por muitos “médicos especialistas”, agentes políticos e nada menos que o chefe do executivo federal, também ocupante da função de comandante supremo das forças armadas, supremo mandatário da nação na condição de chefe de Estado: o presidente da república.¹¹

⁹ “Do ponto de vista da origem da transmissão, pesquisadores chineses identificaram que o novo vírus é originário de morcegos, assim como a maioria dos outros coronavírus. É sabido atualmente que houve o fenômeno de ‘transbordamento zoonótico’, comum à maioria dos vírus, que fez com que um coronavírus que acomete morcegos sofresse uma mutação e passasse a infectar humanos. As pesquisas nos permitem concluir que essa mutação foi um processo natural e não induzido pelo homem”. <https://portal.fiocruz.br/pergunta/qual-origem-desse-novo-coronavirus>

¹⁰ <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>

¹¹ Dados de 17.05.2021:

Brasil:

| | | |
|----------------|-------------|---------|
| Total de casos | Recuperados | Mortes |
| 15.600.000 | 13.800.000 | 436.000 |

Global:

| | | |
|----------------|-------------|-----------|
| Total de casos | Recuperados | Mortes |
| 163.000.000 | 159.620.000 | 3.380.000 |

https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk01kn8dnGe5gB1OFXvrw45LOJgxV_g%3A1604099544502&ei=2J2cX96XHpOG0AbujLuwDg&q=n%C3%BAmero+de+mortos+pela+covid-19+brasil+e+no+mundo+-

A brutal letalidade da Covid-19 impôs seu carácter pandêmico ao mundo e, naturalmente, ao Brasil, tendo prefeituras e governadorias, com omissão do governo central, estabelecido formas de isolamento social às avessas do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com impactos negativos sobre a vida econômica nacional com perdas de negócios e empregos, além de forte influência sobre a saúde físico-psíquica das pessoas.

Diante da chegada da Covid-19 ao Brasil, as pessoas mudaram suas rotinas de trabalho, de estudo, de afazeres domésticos etc. Essas mudanças acabaram por influenciar os quotidianos, gerando medo e apreensão quanto ao futuro. O medo, um estado afetivo da natureza humana, é uma defesa que identifica situação de perigo e, conseqüentemente, passa a ser mecanismo de resposta fundamental para proteção e preservação da vida. No caso da pandemia causada pela Covid-19, muitas pessoas estão apresentando graves sintomas emocionais decorrentes do medo da infecção, da letalidade e do isolamento social. Em relação ao isolamento social, é comum que muitos indivíduos apresentem alguns problemas psicológicos decorrentes do estresse prolongado como raiva, frustração, tédio, ansiedade, irritabilidade, instabilidade emocional, alteração de memória, dificuldade de atenção, tristeza, depressão, desinteresse ou diminuição da vontade de realizar rotinas que antes eram prazerosas.

A pandemia causada pela Covid-19 e seus desdobramentos

político-econômicos nos obrigam a entrarmos em contato com uma realidade desconhecida pelo discurso ideológico: a precariedade da vida acirrada pelo desleixo dos agentes políticos. A incerteza sobre o amanhã, o excesso de informações desconectadas, dificuldades financeiras, necessidade de reinvenção profissional, busca de equilíbrio emocional e organização biamental geram inseguranças. Sem contar o triste fato em não se dizer “adeus” ao ente querido na hora da morte, uma vez que, em nossa cultura, velório e enterro são etapas que fazem parte da despedida, momentos em que familiares e amigos se confortam mutuamente mediante a perda da pessoa amada.

Outro problema ampliado pela pandemia é o suicídio.¹² O suicídio é um fenômeno complexo e multifatorial, possível em situações como a pandemia causada pela Covid-19, pois existem alguns fatores que podem potencializá-lo como isolamento, medo, desesperança, solidão, dificuldade do tratamento da saúde mental, tudo isso somado ao grande preconceito referente às pessoas que fazem tratamento com psiquiatras e psicólogos. Diante desse inconveniente, é importante observar

¹² “Um recente artigo publicado no Lancet Psychiatry discute a situação da atual pandemia de Covid-19 e, dentro de suas conseqüências, especula sobre um possível aumento nos índices de suicídio. Quanto mais a doença se espalha, mais efeitos de longo prazo podem ser sentidos em diversas áreas da vida, gerando um maior impacto sobre populações consideradas como vulneráveis e, portanto, podendo afetar os índices de comportamento suicida”. Disponível em: <https://pubmed.com.br/covid-19-e-o-risco-de-suicidio/>

comportamentos suicidas nas diferentes fases da vida e seus fatores de alerta. Também se observou o aumento da violência doméstica devido ao isolamento social. A estatística no Brasil mostra o deslanche dessa chaga em que crianças e idosos ficaram mais abandonados, drama que afeta grande parte das famílias brasileiras.¹³

Pela Covid-19, vidas morreram após o turbilhão ter se esgotado, perderam vitalidade em meio ao desgaste do funcionamento dos mecanismos biopsíquicos; a vida faleceu devido a intensidade fenecer no devir; a vida sempre consiste em movimentos, turbilhões, explosões, saltos enquanto, por outro lado, o despencar espelha definhamento como corrupção dos tecidos que leva à morte, estado que rouba a vida, irreversivelmente. A morte é a condição em que há ausência de pujança, energia, alegria, criação, invenção, arte. A morte é o desaparecimento do sólido que se esvai ao piscar de olhos, por isso é urgente que os olhos estejam sempre abertos no controle do tempo existencial. Mesmo que os olhos estejam abertos, há uma violência pouco vista que destrói a vida: *a falta de busca da verdade no tempo presente*.

O descompromisso com a verdade fez com que nos rendêssemos ao relativismo do perspectivismo em que tudo está subordinado ao lugar onde o indivíduo esteja, revivendo a máxima protagoriana de o homem ser

¹³ VIOLÊNCIA doméstica em tempos de Covid 19. **Fiocruz**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/video/violencia-domestica-em-tempos-de-covid-19>

“a medida de todas as coisas, daquelas que são e das que não são”, não considerando que o perspectivismo, furto do individualismo metodológico, cria e acentua a *versão* em detrimento da *razão*, a *narrativa* ao invés do *fato*. Essa violência lógico-gnosiológica denota a falta de eixo axial do ponto de partida que possibilite compreender o que é um *determinado* objeto a partir dele mesmo, em que os sujeitos observantes estão conectados ao que está posto e não ao inventado pelos discursos ideológicos, pelos olhos dos interesses, dos desejos e das crenças no lugar da verdade como evidência dada pela razão.

A violência lógico-gnosiológica, nessa medida, acaba por ser fonte das demais violências porque não enseja rigor argumentativo necessário e acaba por desconsiderar avanços científico-filosóficos que, de certa maneira, podem mediar o debate acerca da distinção entre o verdadeiro e o falso. Assim, nesses tempos *coronavirusianos*, em que a violência da Covid-19 ceifa vidas, mentiras são sempre nefastas ao ceifar a capacidade crítico-reflexiva dos que são impactados pelo jogo de interesses dos agentes políticos ao representarem desejos dos agentes econômicos.

A violência posta pelos agentes políticos, sempre com base na mentira, é ponta de lança dos desejos do mercado que tem desvelado, a olhos nus, ser mola propulsora dos desarranjos psíquico-emocionais dos brasileiros quer por conta da diminuição do poder salarial diante dos custos de vida, da perda de emprego em virtude da recessão econômica, do

esfacelamento da indústria, que geralmente paga os melhores salários e agrega desenvolvimento tecnológico etc. Esses desarranjos propiciam desajustes ao marcarem nas carnes os garrotes que individualizam as vítimas da mentira. A mentira, inimiga da verdade com seu poder envernizador da realidade macabra, não só tem impacto lógico-gnosiológico negativo como também incentiva o *pessimismo ético* que nós o configuramos como a impossibilidade de o sujeito encontrar saídas aos problemas prementes na esfera sociopolítica e enveredar nos escaninhos do *individualismo negacionista*, caminhos que levam à guerra de todo contra todos, mascarados pela ideologia.

A *mentira lógico-gnosiológica* de que a verdade não existe em favor do *relativismo intelectual* gera a *mentira ético-política*, fundamento do *relativismo moral* que, ao seu turno, embala um pessimismo defenestrador

das conquistas efetivadas pelas reflexões filosóficas e pelas pesquisas científicas. Essas violências ensejam as versões ou narrativas de que a razão é incapaz de apontar ou mesmo descobrir caminhos à superação das adversidades naturais e dos conflitos psicossociais, tanto que o discurso presidencial de combate à pandemia causada pela Covid-19 estimula o uso inadequado da cloroquina, que de remédio foi alçada à condição de guilhotina planaltina, foice bolsonarista sobre incautos, interesseiros e agentes da ignorância.

Contudo, o dia desponta com o deitar da noite; a primavera floreira vidas após os rigores do inverno; o sol alumia e aquece os melhores sentimentos; a reflexão, ao lado do debate filosófico, oxigena o pensamento; a arte revigora as fibras morais; a camaradagem higieniza universos psíquicos. Com esses parceiros, driblam-se os fantasmas do negacionismo vigente.

Referências

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Tradução de José Otavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2002.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Vol. I. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lucio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1974

PRADO JR. Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FLEIG, Mário Os efeitos da modernidade: a violência e as figurações da lei na cultura. In: SOUZA, Luiz A. (org.). **Psicanálise e colonização**. Porto Alegre: Ed. Artes e Ofícios, 1999.

VÁQUESZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis**. Tradução de Luís Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.

102

O(s) autor(es) se responsabiliza(m) pelo conteúdo e opiniões expressos no presente artigo, além disso declara(m) que a pesquisa é original.

Recebido em 21/05/2021

Aprovado em 18/06/2021